

FEVEREIRO 2022

e·pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...
António Leão

DIRETOR-GERAL DA LILLY
E VICE-PRESIDENTE DA APIFARMA



Índice

EDITORIAL	03
ENTREVISTA COM...	04
António Leão, Diretor-geral da Lilly e Vice-presidente da APIFARMA	
NOTÍCIAS	11
EM DESTAQUE	15
LEGISLAÇÃO	16
PHARMA EM NÚMEROS	17

Indústria Farmacêutica: Uma Alavanca da Economia



Toda a mudança gera uma oportunidade. Entramos num novo ciclo, com o fim da pandemia à vista, ditado pelas vacinas, uma nova legislatura, novos fundos europeus e uma “bazuca” inédita. Fatores críticos para o progresso do País, oportunidade chave para apostar no que gera retorno.

O investimento em medicamentos tem várias vantagens para além da saúde: bem-estar social, ganhos de produtividade

e de competitividade económicas e eficiências para o Estado, nomeadamente com despesas sociais. Representando cerca de um quinto do orçamento da Saúde, os medicamentos têm um impacto direto muito positivo no bem-estar das famílias e da sociedade.

Portugal precisa de dar acesso atempado à inovação terapêutica e tecnológica. O exemplo das vacinas contra a COVID-19 foi paradigmático: aceitar-se-ia um atraso de dois anos face à Europa? Mas o país necessita também de criar um ambiente mais favorável à investigação clínica. Há estudos que demonstram que cada euro investido nesta área gera um retorno superior ao dobro.

A indústria farmacêutica acrescenta 4,3 mil milhões de euros ao PIB português. Representa 2,3% do PIB nacional, empregando mais de 40 mil pessoas direta e indiretamente, na sua larga maioria altamente qualificadas. E podemos ir mais além.

Esta é uma área de grande inovação. Com mais de 212 mil milhões de dólares investidos em I&D a nível global, trata-se do segundo setor, imediatamente após o tecnológico. De salientar que a inovação biomédica representa, para muitos portugueses, o tratamento por que anseiam para mais e melhores anos de vida.

Entre desenvolvimento, investigação clínica e melhor acesso à inovação, Portugal tem um enorme potencial de crescimento. Haja uma visão deste potencial, maior cooperação entre a Saúde e a Economia, e a Indústria farmacêutica poderá ser uma extraordinária alavanca do PIB e FIB* nacionais.



| Filipa Costa

Diretora-geral da Janssen

*Felicidade Interna Bruta, é hoje um indicador da ONU referido na Resolução 66/281



“É fundamental que o acesso à inovação seja mais célere e ágil.”

à conversa com...

António Leão

Diretor-geral da Lilly Portugal e Vice-presidente da APIFARMA, António Leão reflete sobre os desafios do novo Governo e considera prioritário recuperar o tempo perdido na inovação em saúde para responder às necessidades das pessoas com doença e estimular o crescimento económico do país.



PERSPETIVANDO 2022, QUAL É O MAIOR DESAFIO QUE SE COLOCA À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DURANTE ESTE ANO?

Um dos maiores desafios que, como sociedade, iremos enfrentar num futuro próximo prende-se com o acesso dos doentes à inovação em saúde: todos necessitaremos de ter acesso às soluções mais inovadoras e que contribuem para uma cada vez maior qualidade da vida de cada um de nós.

Neste sentido, e analisando o caso de Portugal, é imperativo que tenhamos acesso atempado à inovação em saúde. Devemos ter como objetivo que os nossos doentes não aguardem mais tempo do que os doentes que vivem noutros países europeus para terem acesso às soluções inovadoras. O trabalho de cooperação que existiu para dar resposta à crise sanitária imposta pela pandemia é um bom exemplo de como podemos progredir. Julgo que os portugueses não aceitariam que as vacinas contra a COVID-19

tivessem chegado a Portugal um ou dois anos mais tarde do que nos outros países europeus. Pois bem, os doentes que sofrem de outras doenças, por exemplo as oncológicas, as cardiovasculares, as neurológicas ou a diabetes, têm os mesmos direitos do que os doentes com COVID-19. Nenhum doente pode ficar para trás.



TEM HAVIDO AVANÇOS NA VALORIZAÇÃO DA INOVAÇÃO TERAPÊUTICA EM PORTUGAL?

Embora de forma ainda tímida, começamos a assistir a uma crescente aposta na inovação.

Por outro lado, e se quisermos pensar na verba que o Estado desembolsa anualmente na área da saúde, facilmente concluímos que tanto a prevenção como o diagnóstico precoce são essenciais para a melhor utilização de dinheiros públicos, visto que seguramente evitarão desperdícios. Beneficia o Estado, que poupa recursos que pode reencaminhar para outras necessidades prementes, mas, acima de tudo, beneficiam os doentes.

O PRÓXIMO GOVERNO TEM MAIORIA ABSOLUTA NO PARLAMENTO E PODE GOVERNAR SEM NECESSIDADE DE ACORDOS COM OUTROS PARTIDOS. QUAL DEVERIA SER A PRIORIDADE DO NOVO EXECUTIVO PARA A ÁREA DA SAÚDE?

Identifico três prioridades para os próximos anos. A primeira são os doentes não COVID-19, que deixaram de ser prioritários durante a pandemia: não só ficaram por realizar os atos cirúrgicos, os cuidados hospitalares e as consultas, mas também não foram feitos diagnósticos. Podemos estar perante uma nova crise, agora centrada nestes doentes que não foram diagnosticados e tratados durante os últimos dois anos. Urge, pois, encontrar soluções que deem resposta rápida a este desafio, que, tudo indica, constituirá em breve um grave problema de saúde pública.

As segundas e terceiras prioridades são estratégicas. Existe um conjunto de outras doenças, como as oncológicas, as cardiovasculares, as neurológicas ou a diabetes, que continuaram e continuam a afetar a saúde das pessoas. Perante a urgência de dar resposta a uma pandemia, além dos necessários cuidados de saúde, também a pesquisa e o desenvolvimento de soluções terapêuticas inovadoras que visam melhorar a vida destes doentes sofreu



diversos condicionamentos. Parece-me fundamental que se recupere rapidamente o tempo perdido e o investimento reposicionado.

Quanto à terceira prioridade, a crise sanitária colocou uma enorme pressão em todo o sistema de saúde. Este facto realçou as fragilidades pré-existentes e a necessidade urgente de uma reforma que incorpore algumas das boas práticas implementadas durante a pandemia, garantindo a sua robustez e sustentabilidade. Não devemos esquecer que já estamos atrasados neste capítulo, pois existem fatores que tendem a agravar-se com o tempo, como o envelhecimento da população e o consequente aumento das doenças crónicas. Impõe-se uma aposta em programas de prevenção, na promoção de estilos de vida saudáveis e num reforço da literacia em saúde junto da população.

DE QUE FORMA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA PODE CONTRIBUIR PARA DESENVOLVER A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE EM PORTUGAL?

A sustentabilidade do sistema de saúde português tem sido, desde sempre, uma das prioridades da APIFARMA. Temos desenvolvido uma série de esforços junto dos sucessivos Governos, como demonstram os acordos que assinámos entre 2012 e 2020 e que já representam um contributo superior a 1.400 milhões de euros das associadas da APIFARMA que aderiram aos mesmos.

Nos últimos anos, temos vindo a assistir a uma mudança de paradigma. A indústria farmacêutica deixou de ser encarada como um peso para a economia. Hoje, é reconhecida como um setor que, através da inovação, contribui para o desenvolvimento tecnológico e económico do país. Um estudo recente da APIFARMA sobre o “Valor do Medicamento” comprova isso mesmo, ao demonstrar que a nossa indústria, crescendo um pouco mais rapidamente do que a economia (2,7% vs. 2,3% p.a.), contribuiu para a valorização do PIB nacional em 2,3%. O mesmo estudo indica ainda que os medicamentos inovadores mudaram o panorama português, melhorando a vida



dos doentes, gerando rendimento e poupança para a sociedade, ao mesmo tempo que estimularam a economia, permitindo que os doentes continuassem a ser produtivos. O valor dos anos de vida saudável ganhos nas doenças avaliadas por este estudo foi de 5-7mM€/ano, acima do gasto total em medicamentos (3,8mM€). A redução de hospitalizações e de outros custos associados à gestão da doença são ganhos para o Estado e para o sistema de saúde.

Por tudo isto, a aposta na inovação, incluindo a investigação e o desenvolvimento, tem de ser uma prioridade. E a ela aliada a redução da burocracia e a adoção de métodos de gestão modernos e eficientes que subordinem o financiamento aos resultados alcançados. Só assim é possível deixar para trás a visão mercantilista das “despesas em saúde” e apostar na sustentabilidade do sistema de saúde nacional.

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA TEM DEFENDIDO A IMPORTÂNCIA DE COLOCAR O DOENTE NO CENTRO DO SISTEMA DE SAÚDE. O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA RECUPERAR OS DOENTES NÃO COVID-19?

Na procura de soluções para os desafios que esta pandemia nos colocou ficou evidente a necessidade de adotar uma visão que há muito se impunha: colocar o doente no centro do sistema de saúde. Exemplo do que refiro é todo o processo criado para a vacinação, com o desenvolvimento de aplicações, mensagens e partilha de informação constante. Acresce ainda que as decisões que foram sendo tomadas envolveram todas as partes interessadas, classe médica, científica, políticos e doentes. Assistimos a uma inovação dos processos em que se colocou a prioridade no doente, que era necessária. A pandemia veio acelerar e impor algumas mudanças, trouxe novas ferramentas que agora importa manter, fazer evoluir e que serão uma excelente ajuda para recuperar o que ficou para trás.

Quanto à gestão dos doentes não COVID-19, ainda não conseguimos ter uma visão global sobre o que



aconteceu para perceber se as recomendações internacionais e as orientações nacionais foram as mais apropriadas, não só para o equilíbrio do SNS, mas também para a nossa economia. Tal como referi inicialmente, a gestão das necessidades destes doentes relegada durante a pandemia resulta agora numa das urgências na área da saúde, tornando indispensável um plano de recuperação a curto prazo. Ficou claro, durante esta crise, quão importante é a saúde: não há economia que resista quando a saúde não está bem. Da mesma forma, foi possível construir uma união e colaboração entre todos para superar a pandemia: o mesmo deveria ser feito agora para resolver este problema, pois não podemos pôr em risco tudo o que conseguimos conquistar.

OS PREÇOS DOS MEDICAMENTOS TÊM VINDO A CAIR EM PORTUGAL DESDE 2005. CONSIDERA QUE ESTE FATOR TEM CONTRIBUÍDO PARA OS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE DETERMINADOS MEDICAMENTOS QUE SE TÊM VERIFICADO?

Todos os envolvidos no circuito do medicamento estão despertados para o problema da rutura temporária de alguns fármacos no mercado, que têm procurado solucionar através de um diálogo conjunto e da implementação de soluções que procuram minimizar constrangimentos no abastecimento.

O acesso aos medicamentos de que os doentes necessitam é um direito fundamental salvaguardado na Constituição da República e que em momento algum deve ser colocado em causa.

Esta tem sido uma das preocupações da indústria e, por isso, a APIFARMA foi uma voz ativa nas discussões que deram lugar à publicação do Regulamento N.º 93/CD/2019, que concretiza e densifica as obrigações de notificação em caso de falta ou rutura de medicamentos e, por outro lado, estabelece medidas de prevenção de escassez e critérios para a determinação de quantidades mínimas em stock.

De qualquer modo, consideramos também que os mecanismos de monitorização e reporte já

“A saúde não pode ser vista nem associada a despesa, este é um mau princípio que é urgente excluir. (...) É preciso recordar que o investimento em soluções terapêuticas inovadoras alavanca o crescimento da economia.”

implementados pelo Infarmed, fundamentais para a solução deste problema, carecem de medidas de gestão complementares, o que nos levou a desenvolver um estudo, em parceria com a Associação Nacional das Farmácias, sobre o circuito do medicamento e as principais causas de indisponibilidade. O objetivo do estudo é encontrar recomendações para mitigar as faltas reportadas e contribuir para uma melhor gestão destas indisponibilidades.

A Indústria Farmacêutica está, pois, empenhada em encontrar soluções para a falta de medicamentos em Portugal.



O MINISTÉRIO DA ECONOMIA PODE TER UM PAPEL MAIS ATIVO NA REGULAÇÃO DO PREÇO DOS MEDICAMENTOS?

Reiteramos que a saúde não pode ser vista nem associada a despesa, este é um mau princípio que é urgente excluir. O sistema tem de deixar de ter como “farol” apenas o preço dos tratamentos/medicamentos, consultas ou cirurgias e dar atenção ao valor que estes comportam, criando um sistema de financiamento baseado em resultados. É preciso recordar que o investimento em soluções terapêuticas inovadoras alavanca o crescimento da economia.

Neste capítulo, o Ministério da Economia deve ter um papel mais ativo na proteção da inovação e implementar programas que permitam estimular este setor, que, como percebemos, é fundamental para a economia portuguesa. Nomeadamente, parece-nos importante que possa dar um contributo através da captação e da atração de

investimentos, mais precisamente na área da investigação clínica, sempre com o foco na inovação. Criar programas que incentivem o investimento, como já acontece em outros setores económicos, e que protejam a propriedade intelectual é claramente um caminho virtuoso para trazer riqueza para a economia nacional através da indústria farmacêutica.

OS ACORDOS CELEBRADOS COM O ESTADO PORTUGUÊS TÊM SIDO UM INSTRUMENTO IMPORTANTE PARA GARANTIR O ACESSO DOS DOENTES AOS MEDICAMENTOS?

Estes acordos, além da garantia que representam para que os portugueses tenham acesso aos medicamentos e às tecnologias de saúde mais inovadoras, pretendem ainda salvaguardar a sustentabilidade do SNS. Neste sentido, são instrumentos fundamentais para ajudar a construir o futuro da saúde no nosso país.



Em Portugal, os medicamentos passam por um período de “avaliação prévia” antes de serem aprovados para financiamento, um processo que em média demora cerca de dois anos. Durante esta fase, são avaliados os resultados de eficácia e de efeitos adversos, uma análise que não passa apenas por uma avaliação de quantidade, mas de qualidade. A realidade é que a burocracia e os desafios da regulamentação legal correspondem aos desafios da própria indústria farmacêutica. Estando convencida de que o processo é desnecessariamente moroso, a APIFARMA tem trabalhado lado a lado com o Infarmed para agilizar da melhor forma possível.

A equidade, o acesso atempado dos doentes aos medicamentos inovadores ou as questões relacionadas com os direitos de propriedade intelectual são valores que estão sempre presentes em todas as discussões e acordos que temos com o Governo.

“A APIFARMA tem trabalhado lado a lado com o Infarmed para agilizar da melhor forma possível o período de 'avaliação prévia' dos medicamentos.”



Portugal Clinical Trials recebe 4 000 visitantes em apenas dois meses

Maioria dos visitantes do portal criado pela APIFARMA, em parceria com a AICIB, procura informação sobre ensaios clínicos, centros de investigação e estudos clínicos.

Lançado em novembro de 2021, a plataforma Portugal Clinical Trials já recebeu 4 000 visitantes, de 39 países diferentes. Os visitantes do portal criado pela APIFARMA, em parceria com a Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), são maioritariamente europeus, seguidos por cidadãos oriundos de países dos continentes americano e asiático.

As páginas mais procuradas pelos utilizadores foram as relativas aos “Ensaios Clínicos em Portugal”, aos “Centros de Investigação Clínica” e aos “Estudos Clínicos”. A maioria dos acessos à plataforma (67%) é feita por via direta, com 15% do tráfego do site a chegar através de referências indiretas, grande parte das quais com origem no LinkedIn.

De acordo com a análise, Portugal Clinical Trials afirma-se, cada vez mais, como um instrumento de referência para cidadãos, para a comunidade científica e para a sociedade, de uma forma geral.

O impacto crescente desta ferramenta agregadora de informação constitui um primeiro passo para desenvolver mais e melhores centros de investigação em Portugal; agilizar o recrutamento de pessoas com doença para ensaios clínicos realizados no país; impulsionar a rapidez na obtenção dos resultados dos ensaios e, consequentemente, no acesso a medicamentos inovadores, proporcionando maior qualidade de vida e longevidade à população.

O Portal Portugal Clinical Trials pretende contribuir para que, muito rapidamente, Portugal esteja a realizar, pelo menos, 800 ensaios clínicos por ano.

Para mais informações, visite o Portugal Clinical Trials em www.portugalclinicaltrials.com/pt



Órgão consultivo da OCDE elege Saúde como uma das prioridades

Órgão consultivo da OCDE propõe que se perspetive a Saúde como um ativo económico.

O BIAC, organismo que na OCDE representa mais de 7 milhões de empresas internacionais de diferentes dimensões e áreas de negócio, elege a Saúde como uma das prioridades para o desenvolvimento económico.

A conclusão consta do documento “Exiting crisis mode: Addressing business recovery, risks and realities- Recommendations from the private sector affirming the role of the market economy” elaborado por este órgão consultivo da OCDE e apresentado no dia 22 de fevereiro aos embaixadores junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Alterar o paradigma do trabalho em Saúde desenvolvido pela OCDE e passar a perspetivar a Saúde como um ativo económico, promover o investimento contínuo na resiliência dos sistemas de saúde e estimular os incentivos à pesquisa e

desenvolvimento são algumas das principais recomendações expressas pelo BIAC.

No contexto da pandemia, este órgão consultivo considera que foram alcançadas conquistas extraordinárias com os 11 mil milhões de vacinas produzidas até ao final de 2021, mas que muito mais pode ser feito para garantir que a inovação desenvolvida pelo setor privado fique ao alcance de todas as populações prioritárias no mundo.

Para o BIAC, a equidade no acesso ao medicamento inovador e às vacinas é possível, desde que todas as partes interessadas trabalhem em conjunto para aumentar a distribuição, otimizar a produção, eliminar barreiras comerciais relevantes e proteger um sistema de propriedade intelectual que impulse a inovação.





Número de ensaios clínicos autorizados diminui em 2021

A Indústria Farmacêutica deu origem à quase totalidade dos ensaios submetidos no ano passado.

O número de ensaios clínicos autorizados em Portugal registou uma queda ligeira de 7% face a 2020, de acordo com a informação mais recente disponibilizada pelo Infarmed. No ano que passou foram autorizados 144 ensaios, tendo sido submetidos 175.

Quanto à autoria dos ensaios propostos e autorizados, a Indústria Farmacêutica mantém-se como o grande promotor da realização de investigação clínica em Portugal. Em 2021, 95% dos ensaios submetidos surgiram por sua iniciativa.

A maioria dos dados registados não apresenta grandes oscilações, continuando a fase III dos ensaios clínicos a ter maior expressão em Portugal, representando 57% do número

total de ensaios submetidos em 2021. Assinala-se, todavia, em comparação com dados de 2010, um aumento significativo do número de ensaios da iniciativa do investigador (fase I), que cresceram de 2% em 2010 para 22% em 2021.

Relativamente às áreas terapêuticas, também não se regista uma alteração significativa entre 2010 e 2021, mantendo-se a predominância dos ensaios clínicos com antineoplásicos, imunomoduladores, gastrointestinais, metabólicos, bem como com medicamentos destinados ao sistema nervoso central e ao sistema cardiovascular.



Tecnologia *In Vitro* condiciona cerca de 70% das decisões médicas

Tecnologias de diagnóstico *In Vitro* têm um papel cada vez mais relevante na Medicina, estando a ser cruciais na gestão da pandemia de COVID-19.

Atualmente, “mais de 80% da informação diagnóstica é gerada pelo Laboratório Clínico, condicionando cerca de 70% das decisões médicas”, refere o Professor José Germano de Sousa no Livro Branco “Análises Clínicas | Testes de Diagnóstico *in Vitro* - Contributo essencial para a Saúde e Qualidade de Vida”, lançado pela APIFARMA.

Estes dados frisam o papel cada vez mais relevante na Medicina das tecnologias de diagnóstico *In Vitro* e, particularmente, no novo paradigma da medicina de personalização e precisão, centrado nas necessidades específicas de cada indivíduo. O diagnóstico dos testes *In Vitro* enriquece a relação médico-doente e contribui de forma inequívoca para a diminuição do erro médico, responsável por milhares de mortes em todo o mundo.

A tecnologia de diagnóstico *In Vitro* é também um importante ativo para o desenvolvimento do país, já que assegura mais de 10 mil postos de trabalho diretos, contribui com cerca de 180 milhões de euros em remunerações diretas, com um volume de investimento da ordem dos 45 milhões de euros em equipamentos e investigação.

Pandemia afirma importância estratégica

A importância estratégica dos meios de diagnóstico *In Vitro* afirmou-se de forma evidente durante a pandemia de COVID-19, tendo sido uma ferramenta de primeira linha no combate à proliferação da doença e gerando as condições de segurança indispensáveis à retoma da normalidade.

Contudo, não é apenas num contexto de emergência sanitária que os meios de diagnóstico *In Vitro* se revelam cruciais. Este tipo de exames é fundamental para a predição genética de possíveis doenças futuras; a prevenção neonatal; o diagnóstico de qualquer tipo de doença, permitindo a sua deteção ou exclusão atempada; a avaliação do progresso e da severidade das patologias, bem como da sua possível cura; a seleção de uma terapêutica eficaz, de acordo com o perfil biológico ou genético do doente e, por último, para a monitorização do tratamento.

Importa salientar também que a investigação e desenvolvimento de novos meios e métodos de diagnóstico *In Vitro* têm permitido um aumento da sensibilidade e especificidade dos exames, com um grau de confiança mais elevado no resultado obtido.



EM DESTAQUE

PODCAST APIFARMA

CLIQUE AQUI PARA OUVIR



“Se não soubermos cuidar da inovação, o futuro pode ser um deserto”

A importância do medicamento inovador para a cura e qualidade de vida do doente oncológico e as consequências da COVID-19 para o diagnóstico e tratamento desta doença são os temas centrais do podcast mensal da APIFARMA. A conversa junta Rui Henrique, Presidente do Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto, Luís Costa, Diretor do Serviço de Oncologia do Hospital de Santa Maria (HSM) - Centro Hospitalar Lisboa Norte e a jornalista da SIC Dulce Salzedas, especialista em Saúde.

“A inovação terapêutica deve ter como principal preocupação o benefício do doente”, defende Rui Henrique, que admite atrasos na aprovação da inovação em Portugal face a outros países europeus. Por seu lado, o Presidente do IPO do Porto lembra a necessidade de definir prioridades face a recursos que são limitados, apesar de a demora na aprovação ser gritante. A jornalista da SIC Dulce Salzedas aponta a demora e a burocracia do processo de avaliação do medicamento em Portugal como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da inovação terapêutica no país.

Quanto aos principais efeitos da pandemia, o Presidente do IPO do Porto assinala a redução de 10 a 15% na atividade cirúrgica e a diminuição da referenciação dos doentes oncológicos em 17% (1800 doentes) naquela unidade hospitalar. Já o diretor do Serviço de Oncologia do HSM, afirma que é expectável uma vaga de doença oncológica em estado avançado como consequência de diagnósticos tardios. “A população do HSM com metástases de cancro da mama aumentou 50%”, alerta. Dulce Salzedas aponta os problemas de comunicação que prejudicam os utentes: “a comunicação da rede de hospitais não funciona, o tratamento e acompanhamento dos doentes nos hospitais não é igual”, conclui.



Rui Henrique
Presidente do Instituto Português
de Oncologia do Porto



Dulce Salzedas
Jornalista da SIC



Luís Costa
Diretor do Serviço de Oncologia
do Hospital de Santa Maria

ENTREVISTA APIFARMA

CLIQUE AQUI PARA OUVIR



Hélder Mota Filipe

“O Governo vai gerir uma situação anormal que vai exigir muito mais de todo o sistema de saúde”

Eleito no início do mês como o novo Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Hélder Mota Filipe é o convidado de fevereiro da entrevista da APIFARMA. O Bastonário deu ênfase à “carga adicional de doença que vamos descobrir quando o nevoeiro da pandemia passar”, acrescentando que “o Governo vai gerir uma situação anormal que vai exigir muito mais de todo o sistema de saúde”. Para enfrentar o problema, propõe que o SNS assuma o papel de “líder de uma nova realidade que deve envolver toda a capacidade instalada (pública, privada e social) para dar resposta às necessidades o mais rapidamente possível”.

A importância de o país impulsionar a realização de ensaios clínicos foi outro tema abordado. Hélder Mota Filipe considera que tem havido “falta de estratégia política nesta área, em que Portugal tem condições



invejáveis para poder ser competitivo com os países europeus da nossa dimensão”. É preciso que “quem decide tenha verdadeiramente uma ideia clara sobre o que são os ensaios clínicos e o papel que podem ter”, argumenta. O SNS é aqui uma mais-valia para o país, mas “terá de ultrapassar a resposta atomizada, desorganizada, não coordenada que leva Portugal a continuar a desperdiçar a oportunidade” de captar mais ensaios.



Legislação Fevereiro 2022

Legislação da pandemia – situação de alerta

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 25-A/2022, de 18 de fevereiro, declara a situação de alerta em todo o território nacional continental até às 23h59 de 7 de março de 2022, deixando de vigorar a situação de calamidade. Foi também publicado o Decreto-Lei n.º 23-A/20222, de 18 de fevereiro, que altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia COVID-19.

Os diplomas eliminam:

- o confinamento de contactos de risco;
- a recomendação do teletrabalho;
- os limites de lotação em estabelecimentos, equipamentos e outros locais abertos ao público;
- a exigência de apresentação de certificado digital, salvo no controlo de fronteiras;
- a exigência de teste com resultado negativo para acesso a grandes eventos, recintos desportivos, bares e discotecas.

Comparticipação de medicamentos

Portaria n.º 99/2022, de 21 de fevereiro, procede à terceira alteração da Portaria n.º 48/2016, de 22 de março, que determina que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatóide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas beneficiem de um regime excecional de participação.

Medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da cânabis

Portaria n.º 14/2022, de 5 de janeiro, primeira alteração à Portaria n.º 83/2021, de 15 de abril, que define os requisitos para a instrução dos pedidos e procedimentos relativos à concessão de autorizações para o exercício das atividades relacionadas com o cultivo, fabrico, comércio por grosso, transporte, circulação, importação e exportação de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da cânabis.

Vacina da gripe

O Despacho n.º 1451/2022, 2.ª série, de 4 de fevereiro de 2022, determina que a vacina contra a gripe sazonal é gratuita na época 2022/2023 para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, bem como para outros grupos alvo prioritários, definidos em norma anual da Direção-Geral da Saúde.

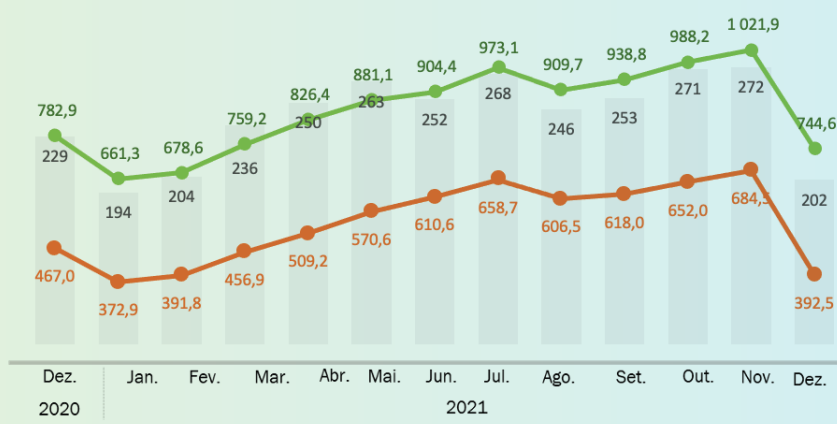




PHARMA EM NÚMEROS

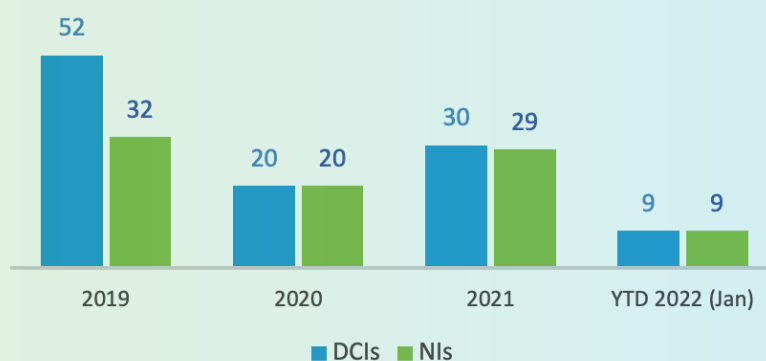
A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (SET.) 2021

DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

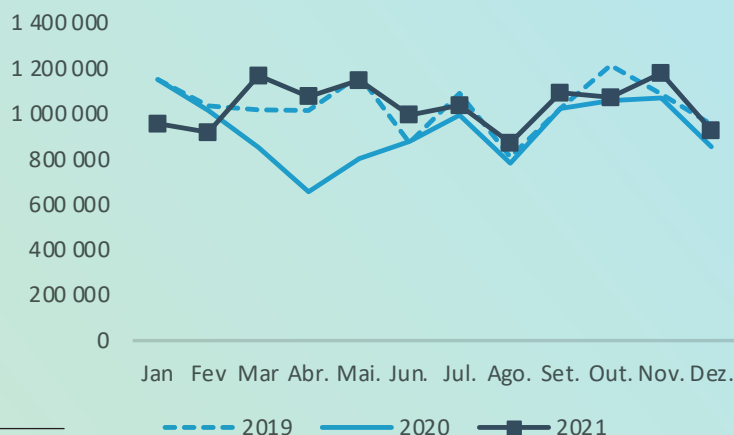
FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES



| Portal da Transparência do SNS

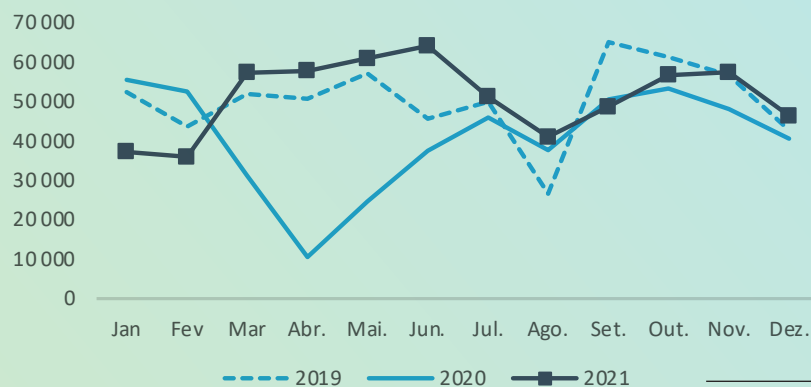
B ATIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



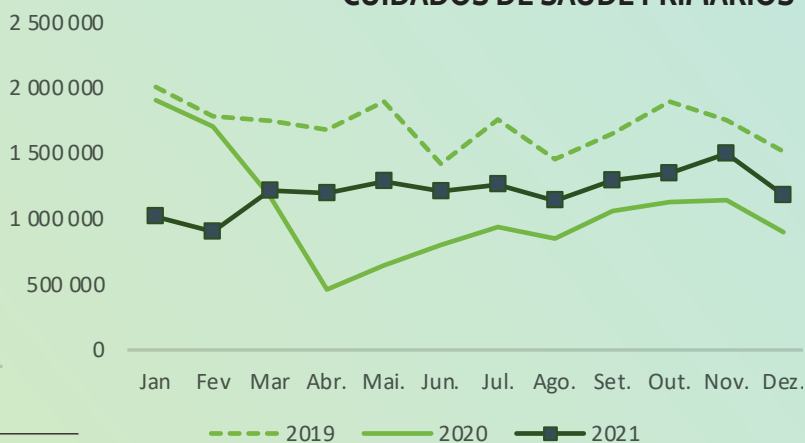
| Portal da Transparência do SNS

N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS



| Portal da Transparência do SNS

N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



| Portal da Transparência do SNS

